

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 32.206.435/0001-83



### Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/08/2017. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira começou a se afastar da recessão pela qual passou em 2015 e 2016. Os índices de confiança de consumidores e empresários – importantes indicadores antecedentes da atividade econômica – voltaram a subir, impulsionados pela percepção de redução progressiva dos desequilíbrios econômicos, com a implementação de políticas de ajustes e reformas estruturantes. A melhora na confiança na economia resultou em indicadores de atividade mais robustos, indústria, comércio e serviços voltaram a crescer na primeira metade do ano, refletindo o surgimento de um ambiente mais propício aos negócios a partir da segunda metade de 2016. A inflação em queda, que abriu espaço para redução dos juros, câmbio estável e impactos positivos de uma safra agrícola recorde permitiram que o PIB brasileiro voltasse a ser positivo no primeiro trimestre (+1,1%), após oito

seqüências negativas. A recuperação ganha consistência ao se observar que ocorre em meio a um processo profundo de desinflação da economia. A inflação brasileira, que se situava em 10,7% em 2015, reduziu para 6,3% no final de 2016, recuando para 3,0% nos últimos doze meses terminados em junho. O quadro inflacionário benigno, favorecendo a convergência das expectativas nas metas previstas para os próximos anos, permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 10,25% em junho, com novos cortes programados até o final do ano. O mercado de trabalho também começou a refletir os progressos da economia. As empresas voltaram a contratar, ao mesmo tempo em que reduzem a quantidade de demissões. Ademais, a desaceleração da inflação tem impulsionado a recuperação mais rápida dos rendimentos do trabalho, que em meio a juros mais baixos tem favorecido a redução do endividamento familiar, permitindo prognosticar um consumo mais forte à frente. A inflação em queda, juros menores e confiança em recuperação na esteira do avanço dos ajustes na economia abrem espaço para a retomada dos investimentos. **2. Principais informações financeiras:**

Resultado (R\$ milhões)	1S17	1S16	Δ
Receita da intermediação financeira	2,0	2,7	-25,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	10,4	8,0	30,0%
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	12,5	10,7	16,8%
<b>Lucro líquido</b>	<b>10,4</b>	<b>8,0</b>	<b>30,0%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** No primeiro semestre de 2017, a receita da intermediação financeira foi de R\$2,0 milhões, 25,9% abaixo do mesmo período do ano anterior. Já as outras receitas e despesas operacionais totalizaram R\$10,4 milhões, 30,0% acima do 1S16. Com isso, o resultado antes de tributação sobre o lucro e participações foi de R\$12,5 milhões, 16,8% superior ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido totalizou R\$10,4 milhões, aumento de 30,0% em relação aos seis primeiros meses de 2016. **4. Investimentos:** Em 30/06/2017, a Companhia mantinha o saldo de R\$10,4 milhões de investimentos na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA). **5. Declaração sobre capital financeiro e ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **6. Auditores independentes:** Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características “não recorrentes”. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordo de acionistas. São Paulo, 24 de agosto de 2017. A ADMINISTRAÇÃO.

### Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016 e 1 de janeiro de 2016

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016			Passivo	Notas	2016		
		2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)			2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Circulante</b>		<b>40.907</b>	<b>44.010</b>	<b>48.730</b>	<b>Circulante</b>		<b>9.428</b>	<b>11.476</b>	<b>16.039</b>
Disponibilidades	-	68	40	68	Outras obrigações	-	9.428	11.476	16.039
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	36.467	39.995	42.276	Fiscais e previdenciárias	9	1.220	1.707	5.908
Carteira própria	-	36.467	39.995	42.276	Diversas	10	8.208	9.769	10.131
Outros créditos	-	4.372	3.975	6.386	Exigível a longo prazo	-	23.542	22.228	20.715
Rendas a receber	6	2.322	2.287	4.523	Outras obrigações	-	23.542	22.228	20.715
Diversos	7	2.050	1.688	1.863	Diversas	10	23.542	22.228	20.715
Realizável a longo prazo	-	31.372	29.374	26.737	Patrimônio líquido	-	50.533	48.156	47.352
Outros créditos	-	31.372	29.374	26.737	Capital	13.1	31.563	31.563	31.563
Diversos	7	31.372	29.374	26.737	De domiciliados no país	-	31.563	31.563	31.563
Permanente	-	11.224	8.476	8.639	Reservas de lucros	13.2	8.574	8.574	15.788
Investimentos	-	10.422	7.660	7.989	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1)	(8)	1
Participação em Controlada - No País	8	10.408	7.646	7.975	Lucros acumulados	-	10.397	8.027	-
Outros investimentos	-	14	14	14					
Imobilizado	-	133	180	203	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>83.503</b>	<b>81.860</b>	<b>84.106</b>
Intangível	-	669	636	447					
<b>Total do ativo</b>		<b>83.503</b>	<b>81.860</b>	<b>84.106</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

Descrição	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2016</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>7.214</b>	<b>13.605</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>45.169</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	2.183	-	2.183	-	-	2.183
<b>Saldo ajustado em 01/01/2016</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>7.214</b>	<b>15.788</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>47.352</b>
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos adicionais pagos - R\$0,4202 por ação	-	-	-	-	(7.214)	(7.214)	-	-	(7.214)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.027</b>	<b>8.027</b>
<b>Saldos em 30/06/2016</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>-</b>	<b>8.574</b>	<b>(8)</b>	<b>8.027</b>	<b>48.156</b>
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>6.845</b>	<b>13.236</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>44.782</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	2.183	-	2.183	-	-	2.183
<b>Saldo ajustado em 01/01/2017</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>6.845</b>	<b>15.419</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>46.965</b>
Dividendos adicionais propostos aprovados, conforme AGOE de 29/03/2017 - R\$0,3987 por ação	-	-	-	-	(6.845)	(6.845)	-	-	(6.845)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	16	-	16
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.397</b>	<b>10.397</b>
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>-</b>	<b>8.574</b>	<b>(1)</b>	<b>10.397</b>	<b>50.533</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala 11, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA, SAUDE), que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. (SASA) e suas controladas, que é tratado pelo termo “SulAmérica”. A Sul América S.A. tem como principal acionista a Sulaspar Participações S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/08/2017. **2.1. Reapresentação:** A Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras comparativas (Balanco patrimonial) em função de eventos que ocorreram antes do período comparativo mais antigo de reporte (nota 2.2.1). As tabelas a seguir apresentam as comparações para os períodos indicados. Efeitos no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2016.

Ativo	Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>47.949</b>	<b>781</b>	<b>48.730</b>
Outros créditos	5.606	781	6.386
Diversos	1.082	781	1.863
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>27.817</b>	<b>(1.080)</b>	<b>26.737</b>
Outros créditos	27.817	(1.080)	26.737
Diversos	27.817	(1.080)	26.737
<b>Total do ativo</b>	<b>84.405</b>	<b>(299)</b>	<b>84.106</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>15.636</b>	<b>403</b>	<b>16.039</b>
Outras obrigações	15.636	403	16.039
Fiscais e previdenciárias	5.505	403	(1) e (2) 5.908
Exigível a longo prazo	23.600	(2.885)	20.715
Outras obrigações	23.600	(2.885)	20.715
Fiscais e previdenciárias	21.128	(21.128)	(3) -
Diversas	2.472	18.243	(1); (2) e (3) 20.715
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>45.169</b>	<b>2.183</b>	<b>(1) e (2) 47.352</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>84.405</b>	<b>(299)</b>	<b>84.106</b>

Efeitos no balanço patrimonial do semestre findo em 30 de junho de 2016.

Ativo	Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>43.229</b>	<b>781</b>	<b>44.010</b>
Outros créditos	3.194	781	3.975
Diversos	907	781	(1) 1.688
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>30.454</b>	<b>(1.080)</b>	<b>29.374</b>
Outros créditos	30.454	(1.080)	29.374
Diversos	30.454	(1.080)	(2) 29.374
<b>Total do ativo</b>	<b>82.159</b>	<b>(299)</b>	<b>81.860</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>11.073</b>	<b>403</b>	<b>11.476</b>
Outras obrigações	11.073	403	11.476
Fiscais e previdenciárias	13.004	403	(1) e (2) 13.407
Exigível a longo prazo	25.113	(2.885)	22.228
Outras obrigações	25.113	(2.885)	22.228
Fiscais e previdenciárias	22.460	(22.460)	(3) -
Diversas	2.653	19.575	(1); (2) e (3) 22.228
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>45.973</b>	<b>2.183</b>	<b>(1) e (2) 48.156</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>82.159</b>	<b>(299)</b>	<b>81.860</b>

**2.2. Mudanças na divulgação:** (1) A Companhia concede aos executivos desde 2004 um plano de contribuição definida por meio do PGBL. O referido benefício é atualizado até a data de aposentadoria, de acordo com o retorno dos investimentos do Fundo de Investimento Financeiro Especialmente Constituído – Plano Gerador de Benefícios Livres. Em 30/06/2017, em função de alguns executivos não pertencerem mais ao quadro da Companhia, o crédito no montante de R\$781 que será utilizado para fazer face às futuras contribuições foi registrado no ativo na rubrica “Outros créditos – diversos”, tendo como contrapartida R\$434 no Patrimônio líquido na rubrica “Reserva estatutária” (líquidos de efeitos fiscais), e R\$41 no resultado na rubrica “Despesa de pessoal”. (2) Em 30/06/2017, foi revertida a provisão no valor de R\$2.976 no patrimônio líquido, na rubrica “Reservas de lucros”, referente a um processo judicial com probabilidade de perda possível, onde se discutia o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS instituído pela Lei 9.718. Assim, apurou-se os seguintes efeitos de IRPJ/CSSL com contrapartida em “Reserva de lucros”: (i) R\$103 reconhecido na rubrica de “Outras obrigações-fiscais e previdenciárias” (passivo circulante); (ii) R\$44 na rubrica “Outras obrigações-diversas” (exigível a longo prazo); e (iii) reversão de ativo fiscal diferido de CSSL de R\$1.080 na rubrica “Outros créditos-diversos”. (3) Valores reapresentados em função da mudança instituída pela Circular 3782 de 19/09/2016, onde os valores que estavam na rubrica “Provisão para riscos fiscais - Outras obrigações Fiscais e Previdenciárias”, passaram para a rubrica “Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei que Instituiu o Tributo – Outras obrigações diversas” (nota 10). **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo a longo prazo, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente; **3.2. Ativos financeiros** circulantes e realizáveis a longo prazo: **Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Em 30/06/2017 e 2016, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponível para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado ao longo prazo, respectivamente. • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 2 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.5. Provisões para ações judiciais:** A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. **3.5.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais

### Demonstrações de resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Notas	2017	2016
<b>Receita da intermediação financeira</b>		<b>2.035</b>	<b>2.681</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	2.035	2.681
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>-</b>	<b>2.035</b>	<b>2.681</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>-</b>	<b>10.448</b>	<b>7.975</b>
Receitas de prestação de serviços	15	14.006	13.411
Despesas de pessoal	16	(5.808)	(5.580)
Outras despesas administrativas	17	(5.389)	(4.564)
Despesas tributárias	-	(990)	(995)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	8.563	5.801
Outras receitas operacionais	18	1.074	1.114
Outras despesas operacionais	19	(1.008)	(1.212)
<b>Resultado operacional</b>	<b>-</b>	<b>12.483</b>	<b>10.656</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>-</b>	<b>12.483</b>	<b>10.656</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>(2.082)</b>	<b>(2.382)</b>
Imposto de renda	20	(1.003)	(1.464)
Contribuição social	20	(834)	(1.233)
Ativo fiscal diferido	20	(245)	(151)
<b>Participações no lucro</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>(247)</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>-</b>	<b>10.397</b>	<b>8.027</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>-</b>	<b>17.166.837</b>	<b>17.166.837</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>	<b>-</b>	<b>0,61</b>	<b>0,47</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estatísticas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Caso o processo judicial seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa da SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.5.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias”, no exigível a longo prazo. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com o seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotização da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações, são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2). **3.8. Dividendos:** Os dividend







## VERBA EXTRA

# Caixa deposita R\$ 7,2 bilhões de lucro do FGTS a 88 milhões de brasileiros

Com resultado de lucro de R\$ 14,5 bilhões do Fundo no ano passado, foram distribuídos 50% do total aos trabalhadores. Depósito foi concluído antes do prazo definido por lei, dia 31 de agosto

A Caixa Econômica Federal finalizou o depósito do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em nota divulgada ontem, o banco informou que a operação do crédito dos valores nas contas dos trabalhadores foi concluída antes do prazo definido em lei, que é 31 de agosto deste ano. Com resultado de lucro de R\$ 14,5 bilhões do FGTS no ano passado, foram distribuídos R\$ 7,28 bilhões, ou seja, 50% do total, a cerca de 88 milhões de trabalhadores.

tribuição do fundo foi feito com base em 50% do lucro líquido do exercício anterior (R\$ 7,28 bilhões) dividido pelo saldo total das 245,7 milhões de contas (R\$ 375 bilhões). Assim se tem o índice de 0,0193, que corresponde ao percentual 1,93%. Ou seja, o lucro depositado na conta equivale a 1,93% do saldo existente em 31 de dezembro de 2016. Por exemplo, quem tinha R\$ 1 mil, recebeu R\$ 19,30. De acordo com a Caixa, em média, cada trabalhador recebeu R\$ 29,62.

Com a distribuição de resultados equivalente a

1,93%, a rentabilidade das contas do FGTS aumenta de 5,11% ao ano (3% ao ano mais Taxa Referencial) para 7,14% ao ano.

Para que o trabalhador possa consultar o valor creditado referente à distribuição de resultados do FGTS, a Caixa criou um serviço exclusivo que pode ser acessado pelo site do banco. Nesta aplicação, é preciso informar o número do CPF ou do PIS e a senha FGTS para obter a informação do crédito.

Segundo a Caixa, o trabalhador pode identificar o valor do crédito por SMS (para

quem tem adesão ao serviço) e no extrato da conta vinculada de FGTS, disponível para consulta pelo aplicativo do FGTS Caixa e pelo site.

Conforme informou o presidente da Caixa, Gilberto Occhi, no último dia 10, a distribuição dos resultados do FGTS ocorrerá anualmente, com os depósitos sendo efetuados sempre até o dia 31 de agosto.

Conforme a Lei 13.446/2017, o percentual de distribuição de resultados do FGTS é de 50% do lucro líquido do exercício anterior. A Lei estabelece que os valo-

res creditados nas contas dos trabalhadores sejam proporcionais ao saldo da conta vinculada apurada no dia 31 de dezembro do ano anterior. O resultado distribuído não integra o saldo da base de cálculo do depósito da multa rescisória, informou a Caixa.

A Lei 13.446/2017 não prevê a possibilidade de saque dos resultados do FGTS. Os trabalhadores poderão sacar os valores de suas contas vinculadas de acordo com as regras atuais, estabelecidas pela Lei 8.036/90, como nos casos de demissão sem justa causa, aposentadoria, término de con-

trato por prazo determinado.

Criado no dia 13 de setembro de 1966, o FGTS equivale a 8% da remuneração, sem descontar do salário do trabalhador. Desde sua criação, já foram sacados pelos trabalhadores mais de R\$ 890 bilhões. Em 2016, os trabalhadores realizaram 37 milhões de operações de saque, num total de R\$ 108,8 bilhões, conforme as hipóteses previstas em lei. Atualmente, o Fundo conta com cerca de 38 milhões de contas que recebem depósitos mensais regulares, efetuados por cerca de 4 milhões de empregadores.

**Saúde Santa Celina Assistência Médica S.A.**

<

**Relatório sobre as demonstrações contábeis:** Revisamos o balanço patrimonial da Santa Ceila Assistência Médica S.A. em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos lucros ou prejuízos líquidos e das demonstrações extrínsecas e dos lucros ou prejuízos líquidos e das demonstrações extrínsecas, assim como o resultado das demonstrações contábeis, e emitimos a seguinte opinião:

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração Santa Ceila Assistência Médica S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o NBC TG 1000 (R1).

**Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e pelos controles internos:** A administração Santa Ceila Assistência Médica S.A. é responsável por assegurar a existência e a manutenção de controles internos adequados para permitir a preparação das demonstrações contábeis livres de erros materiais, independentemente de sua natureza ou origem. A administração Santa Ceila Assistência Médica S.A. não é responsável por assegurar a existência e a manutenção de controles internos adequados para permitir a preparação das demonstrações contábeis livres de erros materiais, independentemente de sua natureza ou origem.

**dependentes:** Nessa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzindo de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas estabelecem o cumprimento das exigências técnicas e que a expressão apresentada na conclusão não tem chegado ao nível de certeza e que não podemos garantir ou acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estejam elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações às autoridades administrativas e de informações, conforme apropriado, bem como de aplicação de procedimentos analíticos e testes de substância às atividades e procedimentos aplicados na revisão, são substancialmente menos

extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Celina Assistência Médica S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas.

São Paulo, 22 de junho de 2017  
**Ápice Auditores Independentes S/S - CRC 2SP020.790/O-4**  
**Paulo Rogério de Azevedo - Contador - CRC 1SP192.653/O-5**

discutido com a equipe econômica possíveis aperfeiçoamentos no texto. Arthur Maia sugeriu ao Ministério da Fazenda uma proposta para permitir que brasileiros que tenham atingido a idade

mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) pos-

sível mudar de forma unilateral o parecer uma vez que ele já foi aprovado na comissão especial).

O relator frisou que ainda não tem nada fechado. “Não vou colocar nada no texto se não for negociado com todo mundo”, disse.